

“A ECONOMIA É O MÉTODO; O OBJETIVO É MUDAR O CORAÇÃO E A ALMA”: AS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS, GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E A EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM PELOTAS-RS

Raquel Peres Macêdo¹

INTRODUÇÃO

Inserida em um período (2022 – 2023) de importantes e acentuadas discussões sobre as consequências e a possível revogação da implementação do Novo Ensino Médio, essa pesquisa tem como objetivo realizar uma microanálise de como essas políticas têm sido observadas, manejadas e recebidas na dimensão da gestão escolar e na realidade discente em uma escola pública no município de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Assim, esse trabalho parte do pressuposto de que as novas políticas educacionais são resultados do sucesso da mobilização do projeto neoliberal para a educação brasileira, que se origina das políticas de reforma dos anos 90 (DAMBROS; MUSSIO, 2014) com o paradigma da Nova Gestão Pública (NGP) e ganha força após o Golpe de 2016 - que culminou no *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) -, com a desconfiguração de princípios como a gestão democrática das escolas públicas (MACHADO; JACOMELI, 2018).

Dentre as mudanças empreendidas na educação, a ideia da progressiva desobrigação do Estado e a transferência de responsabilidade da pauta para a sociedade civil se fortalece. Com um projeto de educação e gestão calcado em conceitos como “desempenho” e “eficácia” e a celebração das Parcerias Público-Privadas para a Educação (PPPE) como soluções convenientes para esse déficit estatal para com o setor, a racionalidade neoliberal entra na disputa pela educação pública brasileira financiada e representada por organismos multilaterais (internacionais e nacionais) durante as discussões sobre universalização e democratização do acesso, permanência e continuidade para uma população sem oportunidades educacionais concretas e que estava em processo de recuperação pós Ditadura Cívico-Militar (1964 – 1985).

¹ Licencianda do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora bolsista PROBIC-FAPERGS do Centro de Estudos em Políticas Educativas (CEPE-FAE) e integrante do Grupo de Pesquisa Democracia e Políticas Públicas (DPOP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE). E-mail: raquelmcp@outlook.com . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7652830330675380>

A retomada das reformas baseadas na Nova Gestão Pública no campo da educação foi determinante para a aprovação de políticas importantes, em especial os objetos dessa pesquisa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), que foram propostas, elaboradas e aprovadas por estratégias como o *consenso por filantropia* (TARLAU; MOELLER, 2020). Há, portanto, um contexto de intenso desequilíbrio nas contestações de projetos, já que, formando blocos hegemônicos - expressos por movimentos e organizações civis e/ou familiares sem fins lucrativos - reformadores empresariais e filantropos de riscos acumulam e movem capital social e econômico em grandes quantidades ao seu favor. Ou seja, (des)mobilizam a educação em prol de um mimetismo narcísico do neoliberalismo.

METODOLOGIA

Considerando, portanto, os sujeitos-alvos desse cenário e realizando uma aproximação das discussões no campo teórico com a realidade das escolas em processo inicial de execução dessas políticas, esse estudo qualitativo volta-se para alunos e alunas de uma escola pública do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, com a seguinte hipótese: a implementação das novas políticas para o Ensino Médio encaminham para mudanças no perfil discente alinhadas ao conceito de neossujeito (DARDOT; LAVAL, 2016). Assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram adotados métodos de revisão bibliográfica, análise documental e técnicas de entrevista em caráter semiestruturado com a Coordenadora Pedagógica da instituição, assim como os resultados da observação participante realizada durante o período de estágio de regência na disciplina de Sociologia com sete turmas do Ensino Médio no mesmo colégio no período de julho a outubro de 2022.

Primeiramente, o trabalho analisou a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio como políticas que buscam incorporar a governamentalidade neoliberal na educação pública a partir da entrevista com a Coordenadora Pedagógica. Em seguida, por meio de registros da observação participante, foram traçadas as linhas de convergência entre relatos de alunos e alunas das turmas de 3º ano do Ensino Médio de 2022 dessa escola e elementos constitutivos do *neossujeito*. Em conclusão, apontou quais as iminentes características do perfil discente gerado por essa governamentalidade neoliberal nessa instituição e as possíveis consequências no campo subjetivo e na dinâmica da realidade escolar pública brasileira. Por último, encaminhou a uma segunda etapa da pesquisa a ser

desenvolvida posteriormente com a perspectiva de que tal perfil discente implica também em mudanças no conjunto de crenças, valores e atitudes dos/das jovens fora do meio escolar alinhadas às expectativas do sistema neoliberal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fundamenta-se que a BNCC e o NEM, como parte do projeto neoliberal para a educação no Brasil, carregam as formas e conteúdos da governamentalidade (FOUCAULT, 2008) vigente, isto é, o neoliberalismo. Assim, realizada na maior escola pública municipal da América Latina, em Pelotas - RS, a entrevista com a Coordenadora Pedagógica permitiu uma análise dessas políticas pela perspectiva da gestão escolar, atravessando alguns dos efeitos e das problemáticas presentes desde o processo de formulação até o momento presente de implementação.

Dentre os resultados da entrevista, é possível sintetizar que existe uma inserção em curso de conteúdos ideológicos e normativos neoliberais por meio da **a)** exclusão sistemática dos sujeitos mais importantes das políticas educativas (BNCC e NEM) e transferência para o terceiro setor, via reformadores empresariais, do poder decisório sobre a proposta; **b)** contraposição à gestão democrática pelo gerencialismo – com gênese nas reformas de reestruturação do Estado nos anos 90 - em associação com os discursos e práticas de austeridade fiscal em nome da “eficiência”, que abre espaços estratégicos para a cooptação dos mecanismos de financiamento por grupos de interesse privado para que possam lucrar com a gestão de recursos públicos; **c)** flexibilização curricular, que, devido a impossibilidade prática de oferta é, em verdade, um estreitamento curricular voltado para o mercado de trabalho; e **d)** aumento da carga horária sob o discurso falacioso de “liberdade de escolha” para os discentes e intensificação da carga de trabalho docente, diminuindo os componentes curriculares de formação desses profissionais, transformando a prática do desvio de função em uma atividade indispensável e relegando disciplinas historicamente voltadas à formação crítica em um apêndice para a educação tecnicista.

Já os trechos do diário de campo com relatos dos/as alunos/as indicam um alinhamento do perfil discente ao de *neossujeito* (DARDOT; LAVAL, 2016) – o sujeito do neoliberalismo - alicerçado no tripé competitividade, eficiência e produtividade, elementos importantes que sustentam o concorrencialismo neoliberal. Contudo, é importante destacar

que essa análise acentuou a duplicidade desses efeitos, tal qual a analogia das “duas faces de uma mesma moeda”, uma vez que foi realizada em uma escola pública e que, portanto, constitui-se como campo de disputa entre projetos. Se por um lado esses jovens acreditam e buscam o arquétipo do “homem empresarial” como sinônimo de autonomia, realização pessoal e liberdade; por outro, carregam consigo a tríade fatalismo, pessimismo e fracasso como resposta ao concorrencialismo. Essa dinâmica existe devido ao reconhecimento, internalização e responsabilização da condição de baixa competitividade que atribuíram ao modelo de escola pública do qual pertencem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo a governamentalidade neoliberal a sua própria concepção de educação, em que a configura como um investimento e/ou um recurso, a alteração do perfil discente cada vez mais alinhado ao conceito de neossujeito indica uma dinâmica escolar de formação predominantemente tecnicista, segregacionista (formação profissional x formação acadêmica) e com pouca inserção no Ensino Superior pelas classes baixas, que compõem em maioria as salas de aula de escolas públicas, definindo a Universidade como espaço destinado somente à elite econômica e, por conseguinte, intelectual.

Além disso, na dimensão subjetiva, a desqualificação contínua do Estado como garantidor de direitos e de condições mínimas de bem-estar material e imaterial, pode resultar em uma hiperindividualização da juventude. Como produto da individualização em seu estado máximo, o sujeito hipermoderno, para Lipovetsky (2004), é apático aos problemas da coletividade e se movimenta quando e pelo que quer sem levar em consideração seu dever como cidadão pois tende a se movimentar em prol de seus interesses.

Assim, essa pesquisa tem a potencialidade e a pretensão de, posteriormente, elevar a discussão para buscar compreender a) se a educação pública brasileira já vive uma mudança em larga escala do perfil discente; b) quais os efeitos nas percepções sobre o papel cidadão desses neossujeitos em fase escolar na etapa do Ensino Médio e; c) a implicação no conjunto de crenças, valores e atitudes dos/das jovens no alinhamento às expectativas do sistema neoliberal fora da escola.

Nessa lógica, se voltada para o neossujeito hiperindividualista, uma educação que outrora reivindicava o compromisso com a cidadania, a vida em coletividade e a

transformação social é, por fim, uma educação antediluviana – encaminhando-se para um estado de mitologia - diante a racionalidade neoliberal e será combatida, mesmo que por dentro da democracia, com todos os (muitos) recursos que mobiliza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DAMBROS, M.; MUSSIO, B. R.. **Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações**. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/656-1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica** (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2008

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MACHADO, C. ; JACOMELI, M. R. M. . **O golpe e a gestão democrática das escolas**. In: Nora Krawczyk, José Claudinei Lombard. (Org.). O golpe de 2016 e a educação no Brasil. 1ed.Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, v. 1, p. 141-152.

TARLAU, R.; MOELLER, K. **O CONSENSO POR FILANTROPIA: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil**. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020